



Anais da Assembléia

Nº 154

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 1975.

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 229ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 1975

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Muggiati Filho.

Às quatorze horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (48); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aragão de Mattos Leão, David Federmann, Jayme Rodrigues Carvalho, Lineu Turra, Luiz Roberto Soares, e Nelson Buffara. (6).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.
Passa-se à ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 25/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 197/74, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, objetivando a realização de exposição de produtos agropecuários no referido município. Pareceres favoráveis da CCJ e CAIC. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão marcando outra para amanhã, dia 27, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 92/75.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 230ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 1975 (Quarta-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Del Ciel, secretariada pe-

los Srs. Deputados Rosário Pitelli e Leopoldo Jacomel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (48); achando-se ausentes os Srs. Deputados Aragão de Mattos Leão, David Federmann, Jayme Rodrigues Carvalho, Lineu Turra, Luiz Roberto Soares e Nelson Buffara (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja registrado um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Elvira Molleta Conche, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

A distinta senhora era pessoa de grande relacionamento dentro da comunidade princesina, deixando, com seu passamento uma grande lacuna para todos quanto a conheciam.

Requer, outrossim, que após a aprovação deste, se dê conhecimento do mesmo à família enlutada, residente à rua Fagundes Varela, 1000 - Vila Ana Rita, Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Usando das prerrogativas de atribuições regimentais, o Deputado que o presente subscreve, requer, após ouvido o plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo passamento prematuro do jovem ALDO BALSANNO, ocorrido recentemente.

O distinto cidadão era membro de benquista família pon-

tagrossense e através de sua curta passagem por esta vida terrestre, conquistou o respeito, a amizade e a admiração da Princesa dos Campos, deixando, com seu falecimento, uma grande lacuna no seio da família e da sociedade princesina.

Requer, outrossim, que após a aprovação deste, se dê conhecimento do mesmo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer que ouvido o plenário, seja conferido um voto de congratulações à jornalista Célia Regina de Souza, pelo excelente trabalho sobre "Os Bóias-Frias", publicado no segundo número de "Livro de Cabeceira do Homem", da Editora Civilização Brasileira.

Que desse requerimento, se aprovado, seja dado conhecimento àquela jornalista, cujo endereço atual é o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Estadual de Londrina.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1975.

a) OSVALDO MACEDO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, se oficie ao Sr. Secretário da Fazenda, Jayme Prosdócimo, para que o mesmo, urgentemente, tome medidas cabíveis para com a entrada irregular de materiais oriundos de outros Estados.

Pois enquanto a pauta de materiais correlatos no Estado do Paraná é uma, em outros Estados vizinhos essa mesma pauta e três ou quatro vezes inferior, mesmo enquanto a quantia referente na nota fiscal no Estado é idêntica à carga transportada, as notas de outros Estados não correspondem à carga, pois tiram nota fiscal inferior ao material transportado.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições requer a restauração do Projeto de Lei nº 60/75, de sua autoria, e que visa a criação dos distritos de Godoy Moreira, Santa Luzia da Alvorada e Luar, no município de São João do Ivaí.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1975.

a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, se oficie ao Exmo. Sr. Diretor do DER-Paraná, solicitando daquela autoridade, autorização para que os ônibus da Empresa Cattani SA, que fazem a linha Curitiba - Salto Osório; Curitiba - Capanema e vice-versa, possam adentrar na cidade de Guarapuava, com ponto na Estação Rodoviária daquela cidade.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1975.

a) TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Para justificar a presente solicitação, juntamos ao presente, abaixo-assinado no qual estão expostas as razões para tal pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental Sr. Presidente, o Deputado que este subscreve, requer com a aprovação do plenário, que esta Casa envie expediente ao Sr. Governador, formulando apelo no sentido de que autorize a COPEL a efetuar a ampliação da rede energética do Bairro "Jardim Horizonte" localizado na cidade de Campo Mourão.

Possuidor de uma imobilidade incompreensível, o Prefeito de Campo Mourão está realizando péssima administração. É a razão que leva essa parcela de mourãoenses a se dirigirem ao Sr. Governador, através de carta anexa, firmada pela Sra. Carmem Moreno Tondorff, e com aproximadamente outras cem assinaturas, reivindicando o melhoramento.

O bairro "Jardim Horizonte" já possui em quase toda sua extensão a rede de energia elétrica, faltando apenas cerca de mil metros, especificamente na quadra localizada entre a Travessa Guaira com a rua São José e trecho das ruas Um, Dois, Três e Quatro.

Há mais de três anos estão os moradores dessa região buscando conseguir a iluminação de suas quase 100 residências e ruas. Atualmente em estado lamentável de conservação, essas ruas ficam impedidas totalmente de tráfego nas noites mais escuras. São operários que necessitam de CONDIÇÕES ESPECIAIS da Prefeitura, Copel, Governo do Estado ou de alguém; caso contrário jamais terão energia elétrica em seus lares.

Estão confiantes no espírito humano e justo do Sr. Governador do Estado, Jayme Canet Junior.

sala das Sessões, em 26 de novembro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer respeitosamente após ouvido o plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Dr. EMILIO HOFFMANN GOMES, DD. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, encarecendo-lhe a necessidade da instalação de uma agência deste estabelecimento oficial de crédito na cidade de Capanema.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente. Concedo a palavra para falar no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recentemente, há coisa de aproximadamente dois meses, viemos à tribuna para oferecer uma sugestão, que haveria de ser formalizada por nossa assessoria, ao egrégio Tribuna de Justiça mas efetivamente à Corregedoria Geral da Justiça, no sentido de baixar um provimento regulamentado, disciplinando a questão da averbação de pagamento de títulos protestados.

Tem gerado divergências no meio jurídico forense esta questão, este tema do procedimento judicioso ou judiciário a respeito do cancelamento do protesto.

Ocorre que os interessados até recentemente no Estado do Paraná, não tinham nenhuma disciplina legal, a não ser a lei substantiva, a lei cambial, que não dava nenhuma orientação processual para a averbação ou cancelamento de títulos protestados. O devedor desde que quitado o título, teria a faculdade pela lei, evidentemente, por decorrência da lei, embora sem disciplina processual, de averbar o pagamento, desde que é um direito decorrente daquele que levou o credor ao protesto.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou apresentando a esta Assembléia, um voto de congratulações ao Canal 6, dos Diários Associados, pelo restabelecimento de um programa de televisão, cujo alcance social, cujo interesse público é dos mais elevados.

Refiro-me ao programa Grandes Encontros, principalmente porque tem sido ele muito eficaz instrumento, através do qual os políticos, homens ligados à Administração do Estado, os homens ligados aos setores de interesse direto; à comunidade, tem podido, num diálogo franco e aberto, em que o próprio tema é também participado pelo telespectador através de telefonemas. Esse programa põe em evidência os temas de interesse da comunidade, à política, a administração, enfim, a todos os setores de atividade de nosso Estado, em discussão.

Ainda recentemente, tivemos oportunidade de assistir um programa em que se debateu a Câmara Municipal de Curitiba, quando os Vereadores tiveram ocasião de mostrar os problemas da Capital, tiveram oportunidade de mostrar o trabalho daquela Casa de Leis, e a responsabilidade de um mandato, submetendo-se inclusive a perguntas através do telefone.

Por essa razão, juntamente com o nobre Deputado Osvaldo Macedo, apresentamos um requerimento que está vazado nos seguintes termos. (Lê):

“Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem após manifestação do plenário seja enviado ao Canal 6 - Diários Associados desta Capital, um voto de congratulações pelo restabelecimento do programa “Grandes Encontros” agora sob a direção do jornalista Cláudio Manoel da Costa, pelo grande alcance do referido programa e da importância socio-cultural e política de suas apresentações.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1975.

aa) NILSO SGUAREZI

OSVALDO MACEDO

EM TEMPO:

Aprovado o requerimento, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Diretor dos Diários e Emissoras Associados.”
— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Mauricio Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Que o funcionalismo público do Estado está marginalizado, há muitos anos, ninguém mais, em sã consciência, contesta nesta Casa.

Muito se tem falado este ano, com relação a dados que venham trazer melhores condições ao funcionalismo público de nosso Estado.

E diga-se a bem da verdade, que hoje, estamos fazendo este pronunciamento longe de fazer uma crítica frontal ao atual Governo do Estado, e acima de tudo, estamos aqui com o intuito de oferecer subsídios ao Chefe do Executivo e Secretariado do Governo, mostrando que a marginalização que está sendo imposta ao funcionário público civil do Estado, vem progressivamente desde o ano de 69, atingindo um nível insustentável, e tudo fazendo crer que esse nivelamento irá alcançar negativo aspecto bem maior em 76. A título de ilustração, chamamos a atenção dos Srs. Deputados para a seguinte tabela: (Lê)

Senhor Presidente.

Requeiro a Mesa, regimentalmente, o envio do quadro comparativo que vai abaixo a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, onde se observa, claramente, a necessidade de objetivo reajuste ao funcionalismo público estadual, nos termos dos aumentos concedidos aos servidores da União.

Partindo-se de um valor arbitrado em 100 para fevereiro de 1969, teremos:

Alterações de Venc.	Fuc. Fed.	Func. Est.	Diferença.
ano de 1969	100	120	—
1º de fevereiro/70	(+20%)120	100	— 20%
1º de novembro/70	120	(ab 20%)120	—
1º de fevereiro/71	(+20%)144	120	— 24%
1º de maio/71	144	(inc 20%)132	— 24%
1º de agosto/71	144	(10%)132	— 12%
1º de fevereiro/72	(+20%)172,8	132	— 40,8%
maio de 1972	172,8	12%147,8	— 25%
outubro de 1972	172,8	8%)158,3	— 14,5%
março de 1973	(+15%)198,6	158,3	— 40,3%
outubro de 1973	—	(15%)182,0	— 16,6%
março de 1974	(+20%)238,2	—	— 56,2%
* março 1974	—	(10%)200,2	— 38,2%
* outubro de 1974	—	(ab 10%)218,4	— 19,8%
março 1975	(+30%)309,66	ab30%)260,6	— 49,06%
PREVISÃO/76	(+ 30%)402,55.	30%)338,78	— 63,77%

* aumentos concedidos pela Lei 6537 publicada somente em 16 de maio de 1974, com efeito retroativo.

• Em decorrência do último aumento, verificado pelo Decreto 6107, de 1º de novembro de 1974, conforme tabela publicada no Diário Oficial 245, de 21 de fevereiro do corrente ano, os níveis 1 a 6, segundo consta do Decreto 6532, de 19 de fevereiro de 75, ficaram achatados no valor de Cr\$ 453,00, e os demais assim seguem, até o 10:

1 a 6.....	Cr\$ 453,00
7	Cr\$ 460,00
8	Cr\$ 469,00
9	Cr\$ 488,00
10	Cr\$ 507,00

Como podemos verificar, com o advento do salário mínimo ora em vigor, desde 1º de maio do corrente ano, esse achatamento atingiu também os níveis 7, 8 e 9, passando os valores iniciais da tabela de vencimentos, por força da lei (art. 78 da Constituição Estadual, para Cr\$ 494,00, o que constitui-se numa aberração e desestímulo ao funcionalismo, pois, caindo a melhor remuneração de nível, toda promoção verificada em relação, a funcionários de níveis de 1 a 9 nada representa em acréscimo de vencimento e do 9 ao 10 o aumento se constitui na ridícula quantia de Cr\$ 9,00 (nove cruzeiros).

O envio do presente expediente, temos certeza, poderá

servir de importante subsídio ao Chefe do Executivo, no momento em que se estuda melhores condições aos funcionários estaduais.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1975".

a) MAURÍCIO FRUET

Srs. Deputados, esta é a realidade. Encaminhamos à Mesa, a título de sugestão a S. Exa. o atual Governador, a quem, conforme frisamos no início deste pronunciamento, não cabe a culpa por essa situação anômala que atravessa o funcionalismo público do Paraná.

Entretanto, vai essa sugestão que haverá de servir como dados ao Chefe do Executivo, para quando enviar a esta Casa proposição objetiva em favor do funcionalismo público, não em favor apenas, mas como medida de justiça.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Muito obrigado, Deputado Maurício Fruet.

Nós que temos de vez em sempre acompanhado a sua posição antes mesmo de vir a este parlamento, a imprensa já noticiava o seu posicionamento em prol da defesa não só do direito, mas da justiça do funcionalismo público estadual, realmente, a máquina administrativa depende de todo este corpo que compõe a administração do Estado em todos os setores; um quadro de funcionários ele por assim dizer é o executor do planejamento do Estado, ele por assim dizer é o responsável de todo o programa político-administrativo do Estado. A desvalorização desse quadro de pessoal, dos serviços que o funcionário público presta, realmente é a desvalorização do próprio Estado.

Entendo que o funcionalismo público deve aparecer e aparece perante o público, precisa necessariamente estar de aparência compatível com um nível de vida, que seria a retratação do próprio nível de vida do Estado.

Então entendo que por este pronunciamento, V. Exa. tem laborado com muito esforço quase sem sucesso, é verdade, precisa se reconhecer isto, precisa se reconhecer que a metodologia do Estado não chegou a perceber, não chegou a ser sensível a esta disparidade, a esta desvalorização, descapitalização em última análise, da própria rentabilidade do próprio vencimento do pessoal lotado no Estado, que presta serviço à administração pública.

Entendo que V. Exa. tenha abordado não só desta vez, mas com muita e respeitável propriedade este tema, conheço os estudos que V. Exa. tem feito, com afinco, em todos estes últimos anos, percebo que V. Exa. está estreitamente ligado a este problema, conscientemente, das necessidades justas do Governo, modificar a sistemática de atualização salarial do funcionalismo.

Eu aproveito a oportunidade que V. Exa. me dá neste aparte. Não adianta só fazer corretivos de acordo com a implantação ou o sistema adotado, o percentual adotado pelo Governo Federal.

Está longe da realidade, acredito mesmo e me permita fazer esta afirmação porque é de se acreditar que muitos funcionários descontentes com a situação, tomam posição diferente.

Hoje cedo eu vi no "O Estado de São Paulo", afirmação de um Deputado da Arena, dizendo que muitos funcionários públicos federais aderiram ao MDB por causa de situação de ordem financeira, até não me recordo se é Siqueira Campos,

A verdade é que percebeu que com o fornecimento de determinadas informações os Deputados emedebistas no Congresso Nacional ou na Câmara Federal podem manipular com determinadas informações, porque recebem, segundo estes deputados, porque, descontentes os funcionários permitem acesso a estas informações e dá oportunidade de combater determinadas situações.

Acho que não é só acompanhar o Governo Federal, não seria apenas o adesismo a esta metodologia, embora esteja facilitando o sistema federativo, ainda há no Estado do Paraná e em outros Estados, autonomia administrativa pelo menos neste plano até porque se rege uma Constituição e esta faz esta afirmação que precisam receber salários justos, dignos os vencimentos, ou retribuição de serviços prestados.

Por esta razão, Sr. Presidente, quero lembrar ainda que também tem tanta distorção e é preciso que se debata estas, não só como estabelecimento sistemático estas distorções, para que se estabeleça o critério e o exame sobretudo para, digo no plano político, sobretudo no plano do legislativo e aqui é que se debate os temas de todas as ordens, não só institucionais, mas organizacionais também.

Aqui é o termômetro da sensibilidade da opinião pública, aqui é que se deve oferecer sugestões e é isto que V. Exa. faz, com realidade, a qual eu louvo, de ano a ano, fazendo de uma forma criteriosa, oferecendo ao Governo sugestões e nós estamos na expectativa que o Governo não vai fazer o reajuste salarial adequado, baseado na justiça promovida com critério, não só justiça mas, que antecipe a própria justiça ao direito consagrado.

Acredito que haja necessidade de se examinar isto em termos de esperanças e acreditamos que o Governo do Estado há de perceber essa necessidade para uma administração descontraída, porque oferecendo justos vencimentos ao quadro funcional, claro e indubitavelmente que este quadro funcional vai conseguir a execução de seu plano, de sua ação governamental.

Quero congratular-me com V. Exa. e declinar minha a satisfação de preocupados como nós, estamos com o funcionalismo, de oferecer a debate este tema, permitindo-se oferecer ao Governo com um critério de reparos dos vencimentos funcionais que servem ao Estado do Paraná.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço o aparte ilustrativo em que exatamente se configura a posição atualmente do funcionalismo público em nosso Estado, mas para encerrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é preciso que se frise, é necessário que houve um desejo muito grande desde 1969, até a presente data, quando os chefes do Executivo sejam da esfera, da União ou das esferas dos Estados, anunciaram aumento ao funcionalismo público da União e dos Estados.

Na realidade, concorreu num erro e numa grave injustiça porque na verdade, o que significa e o que temos observado até agora, é que não houve aumento e sim um pequeno reajuste. Reajuste que não correspondeu, na realidade, o crescimento correspondente ao custo de vida.

Porque, por exemplo, se no ano passado o custo de vida foi superior a 30 por cento, deveria haver um reajuste igual ao crescimento do custo de vida, e, se fosse o caso, então um aumento ao funcionalismo, após aquele reajustamento. É a dura realidade, e nós não podemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixar de encaminhar este documento a S. Exa. o Sr. Governador

para que não incorra em erros, para que faça justiça a milhares de cidadãos que dedicam toda sua existência ao serviço público, cuja renda familiar e vencimentos vive exclusivamente em torno de seu salário como funcionário público estadual ou federal.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

Nesse nosso pronunciamento havíamos sugerido que se baixasse este provimento, disciplinando via processual ou o "modus faciendis" de se averbar, de se cancelar. Entendia eu, como ainda entendo, que não haveria de ser cancelamento, mas averbação à margem do protesto. Invoquei na oportunidade, o provimento baixado pela Corregedoria do egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, exemplos de grandeza, exemplos de sapiência e de cortes neste País.

Ocorre que hoje verificamos o sancionamento ou a sanção de uma lei que vem exatamente, não esgotar a matéria, mas através de uma lei substantiva, averbação dos títulos protestados e pagos. Então a Lei 6268/75, que disciplina ou pretende disciplinar a questão de averbação, deixa esta lei, pelo menos uma perspectiva de regulamentação dessa polêmica matéria. Ela invoca o princípio da averbação, pretendendo que a requerimento, perante o Oficial do Cartório, que se faça a averbação à margem do protesto.

Então, de certo modo, é louvável que esta matéria seja disciplinada, no entanto em nosso fraco entender acreditamos que precisa ser regulamentada, e ainda mais, conforme já afirmei neste pronunciamento, é preciso para facilidade de regulamentação, é preciso que o próprio interessado requeira ao notório público ou ao oficial de Cartório de Protesto que tenha uma vinculação independente da justiça ou do juiz, já que a lei dá ao menos as perspectivas para se chegar a esse desideratum. Entendo como necessária a disciplinação através de provimento, ainda.

Por outro lado, seria recomendável uma interpretação deste texto legal, para que se evitem dúvidas e incertezas na proposição de requerimentos junto aos Cartórios. Entendo que seria a via adequada, a via administrativa direta, entre o interessado e o Cartório. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

Não se encontrando presente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Werner Wanderer, terceiro orador inscrito.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Le): "O Paraná inteiro conhece o Ministro Ney Braga.

De seu Governo e dos cargos que exerceu e vem exercendo na vida pública brasileira, S. Exa. tem recolhido o reconhecimento e os aplausos de sua gente, em especial da gente paranaense. Todos conhecemos as inúmeras dificuldades que representa o exercício do Ministério da Educação e Cultura. O Ministro Ney Braga entretanto, ao está enfrentando com dedicação e muito êxito.

Assumindo a Pasta no momento em que se implantavam as reformas do Ensino, tanto no primeiro como no segundo graus como do universitário. S. Exa. dinamizou a Pasta. São do conhecimento da Nação, os programas em aplicação, do Ensino Pré-primário, agora implantado e em especial os programas de pós-graduação, que estão preparando e aperfeiçoando os profissionais de nível não apenas para o exercício de suas profissões. Também os antigos cursos secundários, a instituição de seu caráter profissionalizante, veio ao encontro das reais necessidades nacionais.

Não fora isto, é preciso que se atente para os novos cursos destinados ao livro didático, aos programas de proteção ao esporte, dinamização do MOBILAL comprovada pela CPI do Se-

nado Federal, a criteriosa distribuição de bolsas de estudo para o ensino fundamental, além dos programas de amparo a cultura, principalmente ao cinema, teatro e às artes plásticas, não esquecendo a música erudita e a música popular.

Agora porém, o Ministro Ney Braga acaba de anunciar à Nação o Programa de crédito educativo, das bolsas reembolsáveis do Ensino Superior. Trata-se de medida do mais largo alcance, em favor do estudante universitário, desprovido de recursos. É sem dúvida medida que visa democratização do Ensino, estabelecendo iguais oportunidades para todos os que, por sua capacidade e por seu esforço, baterem às portas das universidades.

O Ministro Ney Braga e, através dele, o Governo do Presidente Geisel, merecem mais uma vez, as nossas congratulações, e o nosso aplauso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, era o que tínhamos a dizer".

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Benedito Lúcio Machado, inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Conforme anunciamos ontem, hoje apresentamos a esta Casa projeto de lei que pede a contribuição do Executivo Estadual de 50 por cento das taxas de matrícula em universidades a funcionários públicos do Estado que porventura venham a ingressar em faculdades para os cursos universitários.

O nosso trabalho está formalizado através de projeto de Lei vazado nos seguintes termos. (Lê):

"PROJETO DE LEI Nº 174/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a custear 50 por cento das matrículas e anuidades a FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS, que recebam provimentos não atinjam o teto máximo de Cr\$ 2.350,00 (dois mil trezentos e cinquenta cruzeiros), quando os mesmos através de Cursos Vestibulares ingressem em qualquer curso universitário dos existentes no Território do Estado.

Art. 2º — O Poder Executivo aplicará para o cumprimento do que determina o Art. 1º, as dotações orçamentárias correspondentes a EDUCAÇÃO E CULTURA, sempre na parcela que couber por cada dotação, podendo suplementar as verbas constantes das mesmas, quando se fizer necessárias ad referendo da Assembléia Legislativa.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor em data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1975.

a) LÚCIO MACHADO."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Espero receber a aprovação das duas bancadas e creio que receberei, que o Paraná vai receber a sanção do Sr. Governador para este projeto de lei, que veio resolver o problema que não é simplesmente do homem, e sim do Estado que precisa aprimorar a máquina de cultura ao seu funcionário para que esta máquina se movimente com mais eficiência e acima de tudo, com mais dignidade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicitará de V. Exa. a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência antes de determinar ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados, registra com satisfação, a presença no plenário do Sr. José Antunes, Vereador em Santo Antonio da Platina. — (É procedida a chamada nominal).

Responderam a chamada nominal 30 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 120/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 254/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo, através da Secretaria da Administração e o Município de São Jorge do Oeste, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme específica. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 121/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 255/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo, através da Secretaria da Administração e o Município de Jundiá do Sul, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme específica. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 122/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 258/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo, através da Secretaria da Administração e o Município de Lobato, objetivando execução de reparos em prédios estaduais, conforme específica. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 145/75, de autoria do Deputado Ernesto Gnoato, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Muçulmana do Paraná, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 123/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 260/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo, através da Secretaria da Administração e o Município de Sengés, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme específica. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 124/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 261/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo, através da Secretaria da Administração e o Município de Santa Cecília do Pavão, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme específica. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 125/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 262/75,

que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo, através da Secretaria da Administração e o município de Colorado, objetivando execução de reparos em próprios estaduais conforme específica. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 126/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 264/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Salto do Itararé objetivando execução de reparos em próprio estadual conforme específica. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 69/75, de autoria do Deputado Aragão de Mattos Leão Filho, que autoriza o Poder Executivo transferir à responsabilidade da Secretaria dos Transportes, através do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, o trecho de estradas que liga a sede do Município de Inácio Martins com a BR-277, passando por Guará, município de Guarapuava. Pareceres CONTRÁRIOS DA CCJ e CF e favorável da COPTC — REJEITADO.

PROJETO DE LEI Nº 69/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade da Secretaria dos Transportes, através do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, o trecho de estradas que liga a sede do município de Inácio Martins com a BR 277, passando pelo Distrito de Guará, município de Guarapuava, numa extensão de aproximadamente 30 quilômetros.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1975.

aa) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 69/75

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Aragão de Mattos Leão Filho, visa autorizar o Poder Executivo a transferir para a responsabilidade da Secretaria dos Transportes através do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeitos de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga a sede do município de Inácio Martins com a BR-277, passando pelo Distrito de Guará, município de Guarapuava, numa extensão de aproximadamente 30 quilômetros.

Em que pese a justificativa apresentada e a louvável intenção do seu autor, que vem a ser a de beneficiar uma região que vem apresentando um surto de crescimento dos mais elevados dentro do Paraná, no nosso entender o plano de lei em tela, face aos artigos 25 e 35 de Constituição Estadual, não pode ser acolhido. Isto, porque as Leis que aumentem ou comprometam o orçamento do Estado, são de competência do Chefe do Poder Executivo. Tal medida, entretanto, poderia ser proposta através de sugestão.

Em razão disto, o nosso parecer, é contrário, opinando-se pela sua REJEIÇÃO.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 06 de agosto de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
a) DENI SCHWARTZ — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 69/75
PARECER

De autoria do nobre Deputado Aragão de Mattos Leão Filho, objetiva este Projeto de Lei autorizar o Poder Executivo a transferir à responsabilidade da Secretaria dos Transportes, através do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga a sede do município de Inácio Martins com a BR-277, passando pelo Distrito de Guará, município de Guarapuava, numa extensão de aproximadamente 30 (trinta) quilômetros.

Embora louvável a iniciativa, trata-se de aumento da despesa pública, o que é vetado pelo texto constitucional, uma vez que é competência privativa do Poder Executivo.

Já se pronunciou contrariamente a esta matéria, a douta Comissão de Constituição e Justiça.

Nestas condições, nosso parecer é pela REJEIÇÃO do plano de lei em tela.

Sala das Comissões, em 30 de setembro de 1975.

- a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
a) GILBERTO CARVALHO — Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E
COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 069/75
PARECER

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, rejeitaram o ante-projeto ora em exame.

Entretanto, em que pesem aqueles pronunciamentos contrários, entendemos ser válida a proposição, uma vez que a estrada cuja conservação é pretendida — ligação da sede do município de Inácio Martins com a BR-277, passando pelo Distrito de Guará, no município de Guarapuava é intermunicipal.

Além do mais, a estrada em tela serve duas regiões importantes do Estado, em franco desenvolvimento e com necessidade de ligação rodoviária condizente para o escoamento rápido de suas riquezas.

Assim, face à natureza da estrada — intermunicipal —, a responsabilidade de sua conservação é da competência do Governo do Estado e, conseqüentemente, inclusive pela sua importância na economia estadual, deve constar, obrigatoriamente, do Plano Rodoviário do Estado.

É de se destacar, ainda, que a iniciativa de se ver atendida condignamente a região, pela forma proposta, encontra eco na atual política governamental, propaganda com ênfase pelo nosso ilustre Governador, que pretende ver dinamizados, como meta prioritária de sua administração, todos os setores que envolvam, em bases sólidas, o desenvolvimento que está a merecer o nosso Estado.

Em face do exposto, portanto, opinamos no sentido de que seja aprovada a matéria constante do ante-projeto em epígrafe, por entendermos ser de vital interesse para a economia do Estado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de outubro de 1975.

- a) ALFREDO GULIN — Presidente e Relator

Pública a Augusta e respeitável Loja Simbólica Filantrópica Guarapuavana, com sede na cidade de Guarapuava. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 114/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a AUGUSTA E RESPEITÁVEL LOJA SIMBÓLICA FILANTRÓPICA GUARAPUAVANA, com sede na cidade de Guarapuava.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de setembro de 1975.

- a) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

A entidade acima, que se pretende seja declarada de utilidade pública, é uma sociedade civil com personalidade jurídica, com finalidade das práticas filosóficas, da fraternidade universal entre maçons e da filantropia em geral, objetivando sempre o aprimoramento do indivíduo como elemento e como integrante da sociedade, fazendo observar sempre a obediência às leis do País, a viver com honra e dignidade e procurar por todos os meios fazer justiça, trabalhando sem descanso para a felicidade e progresso do gênero humano. Tem quase meio século de funcionamento, a sua Diretoria não é remunerada e satisfaz todos os requisitos exigidos pelo Decreto nº 50.517, de 02 de maio de 1961 e pela Lei nº 4.399, de 17 de agosto de 1961, que regulam a matéria.

Por estes motivos, espera-se a aprovação deste Projeto de Lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 114/75

De autoria do nobre Deputado Aragão de Mattos Leão Filho, objetiva o presente Projeto de Lei declarar de utilidade Pública a Augusta e respeitável Loja Simbólica Filantrópica Guarapuavana, com sede na cidade de Guarapuava.

A justificativa que acompanha este plano de lei é convincente e, sem dúvida, a entidade que se pretende declarar de utilidade pública presta inestimáveis serviços à comunidade de Guarapuava.

Quanto ao aspecto legal e constitucional, nada impede o seu seguimento normal por esta Casa e os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria estão plenamente satisfeitos.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1975.

- a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente
a) EZEQUIAS LOSSO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 124/75, de autoria do Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que declara de utilidade pública o Sindicato Rural de Astorga, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 124/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o Sindicato Rural de Astorga, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 114/75, de autoria do Deputado Aragão de Mattos Leão Filho, que declara de utilidade

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

Pela leitura dos Estatutos, cuja certidão anexamos ao presente, se infere que o Sindicato Rural de Astorga atende os requisitos exigidos pela lei reguladora da matéria, para ser declarado de utilidade pública. Daí a apresentação, à consideração da Casa, do presente projeto de lei, que esperamos ver aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 124/75

De autoria do nobre Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, o presente Projeto de Lei visa declarar de utilidade pública o Sindicato Rural de Astorga, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Analisando-se o processo e a documentação que o acompanha, temos que o mesmo preenche as exigências legais, estabelecidas pela legislação Estadual e Federal, reguladora da matéria.

Isto exposto, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

a) FABIANO BRAGA CORTES — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 152/75, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que declara de utilidade pública a Fundação da Unidade Rotária de Curitiba — FUR, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 152/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Fundação da Unidade Rotária de Curitiba — FUR, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1975.

a) GABRIEL MANOEL

JUSTIFICATIVA:

A Fundação da Unidade Rotária de Curitiba foi instituída pelos sócios dos diversos Rotary Clubs desta Capital, com o objetivo de estimular programas de bolsas de estudo para estudantes e graduados; promover obras de assistência social na comunidade de Curitiba, e consolidar o movimento rotário através da construção da sede própria dos Rotary de Curitiba, e que estará vinculada a uma obra de caráter social.

A administração da Fundação estará a cargo de uma Diretoria e de um Conselho de Curadores, cujos membros serão sempre rotarianos.

A Fundação não remunera seus diretores nem seus conselheiros e tampouco distribui lucros ou dividendos. Publica semestralmente o demonstrativo da conta de receita e despesa.

Trata-se de entidade do mais alto valor social eis que seus objetivos dirigem-se a medidas positivas no sentido de encontrar soluções para problemas comunitários, justificando-se, de consequência, seja reconhecida de utilidade pública.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 152/75

De autoria do nobre Deputado Gabriel Manoel, objetiva o

presente Projeto de Lei declarar de utilidade pública a Fundação da Unidade Rotária de Curitiba (FUR), com sede e foro nesta Capital.

Pela documentação apresentada, verifica-se que a referida entidade presta, inegavelmente, relevantes serviços à comunidade de Curitiba. A sua Diretoria não é remunerada e não há distribuição de lucros ou dividendos, notando-se, também, que todos os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria estão plenamente satisfeitos.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

a) NILSO SGUAREZI — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Elvira Molleta Conche, ocorrido na cidade de Ponta Grossa. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Fazenda, no sentido de que sejam tomadas medidas cabíveis com referência a materiais oriundos de outros Estados. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., visando a instalação de uma agência desse estabelecimento de crédito na cidade de Capanema. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja autorizado à COPEL, a efetuar a ampliação da rede energética do bairro Jardim Horizonte, localizado na cidade de Campo Mourão. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do DER, no sentido de que autorize para que os ônibus da Empresa Cattani S/A., que fazem a linha Curitiba — Salto Osório; Curitiba — Capanema e vice-versa, possam adentrar na cidade de Guarapuava, com ponto na Estação Rodoviária daquela cidade. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à jornalista Célia Regina de Souza, pelo excelente trabalho sobre OS BÓIAS-FRIAS publicado no segundo número do Livro de Cabeceira do Homem da Editora Civilização Brasileira. — Aprovado.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Osvaldo Macedo, constante do expediente, solicitando voto de congratulações, pelo restabelecimento do Programa Grandes Encontros, agora sob a direção do jornalista Cláudio Manoel da Costa. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Aldo Balsanno. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando a restauração do Projeto de Lei nº 60/74. — Deferido.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado quadro comparativo ao Sr. Governador do Estado, no qual se observa, claramente, a necessidade de objetivo reajuste ao funcionalismo público estadual, nos termos dos aumentos concedidos aos servidores da União. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 123/75, 124/75, 125/75, 126/75 e de Lei nºs 67/72 e 23/75.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 114/75, 124/75 e 152/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 127/75, 128/75, 129/75 e de Lei nº 158/75.

Marcando ainda, uma sessão, para o dia 28, sexta-feira, às 10,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nºs 85/75, 86/75, 87/75, 88/75, 89/75, 90/75, 91/75, 93/75, 94/75, 95/75, 96/75, 97/75, 98/75, 99/75 e de Lei nºs 187/74 e 25/75.

Levanta-se a Sessão.
